



# ARTIGOS

# Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões

*Contributions of Social Reproduction Theory to the contemporary debate on oppressions*

Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca\*

## Resumo

Este artigo apresenta uma breve reconstrução da história e do que considera as principais contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) para o debate contemporâneo sobre as múltiplas relações de opressão – como gênero, raça e classe – no capitalismo. Embora a perspectiva feminista-marxista da reprodução social tenha uma história mais antiga, por TRS compreende-se o recém-formado campo de diálogo liderado por Tithi Bhattacharya, e pelas autoras que subscrevem o manifesto internacionalista *Feminismo para os 99%*, publicado no Brasil em março de 2019. Este conforma hoje um dos setores mais pulsantes e críticos do movimento feminista mundial, e tem em seu centro o objetivo de desenvolver uma compreensão unitária das relações de opressão, exploração e alienação que compõem a realidade social no mundo em que vivemos. Tal compreensão tem em seu centro um resgate da noção de totalidade social tal qual desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse*.

**Palavras-chave:** Teoria da Reprodução Social. Feminismo Marxista. Opressões.

## Abstract

*This article presents a brief reconstruction of Social Reproduction Theory (SRT) history and of what I consider its main contributions to the contemporary debate on multiple relations of oppression – such as gender, race and class – in capitalism. Although the Feminist-Marxist perspective of social reproduction has an older history, by SRT we understand the new field of dialogue led by Tithi Bhattacharya, and by the authors who subscribe to the internationalist manifesto *Feminism for the 99%*, published in Brazil in March 2019. This is one of the most pulsating and critical sectors of the worldwide feminist movement and aims to develop a unitary understanding of the relations of oppression, exploitation and alienation that make up social reality in the world in which we live. Such an understanding has at its centre a return to the notion of social totality as developed by Karl Marx on his *Grundrisse*.*

**Keywords:** Social Reproduction Theory. Feminism-Marxist. Oppressions.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### **Introdução: revisitando o debate sobre o trabalho doméstico, entendendo o “ponto de partida”**

A perspectiva unitária da reprodução social é fruto de um acúmulo histórico de debates feministas-socialistas, sobretudo aqueles que se concentraram no que ficou conhecido como “Debate sobre o trabalho doméstico” da década de 1970 (*Domestic labour debate*, a partir daqui “Debate”). Iniciado em 1969 com a publicação do artigo *The political economy of women’s liberation*<sup>1</sup> de Margaret Benston (1973 [1969]) nos Estados Unidos da América (EUA), este Debate tomou a forma de uma série de artigos discutidos por intelectuais feministas-marxistas do Norte Global e buscou levar as experiências das mulheres – até então epistemologicamente marginalizadas – ao coração da teorização marxista sobre o capitalismo (Morton, 1972 [1970]; Dalla Costa e James, 1975 [1971]; Secombe, 1974). Este Debate se ocupou de duas questões centrais e interligadas sobre a natureza do trabalho doméstico naquelas sociedades: (1) se ele produzia mais-valia ou valor (e, portanto, se era produtivo ou improdutivo); e (2) se ele constituía um modo de produção distinto, análogo, ou se era parte do próprio modo de produção capitalista.

Em linhas gerais, no âmbito deste Debate, o termo *trabalho doméstico* passou a referir-se não só ao trabalho diário e não-remunerado de execução das tarefas domésticas, como às tarefas de cuidado relacionadas à gestação, parto, amamentação, criação das crianças e manutenção dos idosos e doentes no espaço privado do lar, desempenhado especialmente por esposas, mães e irmãs. Para estas autoras, teorizar o trabalho doméstico e sua relação com a produção capitalista seria fundamental para entender a subordinação das mulheres no capitalismo. As principais divergências se situavam, entretanto, em como conceituar essa relação a partir de uma perspectiva simultaneamente feminista e marxista. Por exemplo, a discussão acerca da definição da categoria marxiana *trabalho produtivo*<sup>2</sup> foi política e teoricamente central para os debates sobre o trabalho doméstico. Tal centralidade devia-se, sobretudo, ao desdobramento analítico de tal categorização em relação à determinação da posição de classe dos indivíduos: por muito tempo, no interior da tradição marxista, predominou a ideia de que “o proletariado” se restringia ao grupo de trabalhadores assalariados que desempenhavam trabalho produtivo, em uma concepção restrita de classe trabalhadora. Na década de 1970, excluir o trabalho doméstico realizado pelas mulheres da esfera do trabalho produtivo significava, na prática, excluí-las da condição de proletárias, i.e., de sujeito revolucionário.

De um modo geral, duas posições emergiram desse debate: a) uma mais

<sup>1</sup> Em uma tradução livre, “*A economia política da libertação das mulheres*”.

<sup>2</sup> Em resumo, para Marx (2013 [1867]), o trabalho produtivo sob o capitalismo é o trabalho que tem o fim de fornecer mais-valia.

ligada à ideia de que o trabalho realizado pelas mulheres seria produtivo, pois o trabalho doméstico produziria a mercadoria *força de trabalho*, ou seja, seria produtor de mais-valia. Aquelas pessoas que o desempenhavam – historicamente, as mulheres – seriam exploradas, e deveriam se organizar contra sua exploração e exploradores (definidos tanto como capitalistas, quanto como os homens em geral); b) outra ligada à noção de que o trabalho doméstico não seria produtivo, pois produziria apenas valores de uso para o consumo imediato dos membros da família e do trabalhador assalariado, e assim contribuiria para a manutenção geral e a renovação da sua força de trabalho de forma essencial ao funcionamento da produção capitalista. Como veremos mais adiante, é desta última posição que a perspectiva unitária da reprodução social irá emergir.

Ainda que a primeira posição – cujo maior expoente fora a contribuição de Dalla Costa e James (1975 [1971]), que culminou no movimento *Salários para o trabalho doméstico* – tivesse um correlato direto na estratégia política da luta feminista da época<sup>3</sup>, progressivamente, o Debate distanciou-se do movimento de mulheres. Isto porque ele girou em torno de uma discussão abstrata sobre o status teórico do trabalho doméstico não-remunerado, restrita a elaborações da teoria marxista geralmente impressas em periódicos acadêmicos britânicos ou norte-americanos. Tal discussão pouco dizia para as ativistas que, no auge do movimento feminista, se levantavam contra pautas concretas como a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial e, sobretudo, a violência de gênero perpetrada sistematicamente por homens contra mulheres, inclusive no interior dos movimentos de trabalhadores. Embora questões políticas críticas estivessem em jogo – como contra que tipo de opressão ou contra quem lutar –, elas raramente se explicitavam como centro deste Debate.

Segundo Vogel (1981, p. 204), rapidamente a maior parte das ativistas feministas passou a considerar o debate sobre o trabalho doméstico como “um obscuro exercício do pedantismo marxista”, irrelevante para a organização e luta política feminista. Assim, no começo da década de 1980, “a maioria das feministas-socialistas decidira se mover ‘para além do debate interno sobre o trabalho’” (Vogel, 2013 [2000], p. 185, tradução minha). Para a autora, restou apenas “a ambiguidade, a imprecisão conceitual, a circularidade e as pontas soltas de um projeto inacabado” (*ibidem*, p. 185). Assim, o Debate permaneceu indefinido e deixou uma série de questões em aberto.

Neste sentido, cabe ressaltar duas lacunas centrais. Em primeiro lugar, é notável que suas contribuições não só partiam da condição social das mulheres brancas inseridas nos Estados de bem-estar social do Norte Global, como univer-

<sup>3</sup> Dentre outros elementos, esta contribuição identificava claramente os homens ou a figura do marido como instrumento da exploração capitalista da mulher no lar, conferindo à luta prática um direcionamento mais concreto.

salizavam tal condição como pressuposto de suas análises econômicas e políticas sobre o capitalismo. Por consequência, as elaborações teóricas ignoravam as diferenças concretas das mulheres negras e migrantes inseridas no setor concorrencial da economia mesmo no interior destes Estados (O Connor, 1973), não tinham qualquer interface com as questões raciais, eram indiferentes à realidade do Sul Global e às lutas anticoloniais e antirracistas que eclodiam em todo o mundo naquela época. Com exceção de Dalla Costa e James (1975 [1971]), as contribuições sequer mencionavam o massivo movimento radical negro que tomara conta do cenário político nos EUA na década de 1960 – país que figurou também como um dos principais palcos do Debate feminista-socialista, iniciado em 1969.

Em segundo lugar, restava a questão central acerca da natureza da relação entre o trabalho doméstico – e, portanto, da condição de opressão das mulheres – e o modo de produção capitalista. Não raro, as autoras envolvidas no Debate convergiam para a conclusão de que “possivelmente”, o trabalho doméstico seria um modo de produção próprio, que seguiria uma lógica distinta, pré ou não-capitalista (Vogel, 2013 [1983], p. 28-29). Tal questão se confundia ainda, com a problemática de como relacionar teoria feminista e marxismo. Em 1975, Heidi Hartmann expressou sua decepção com os limites do Debate, no artigo *The unhappy marriage of marxism and feminism*<sup>4</sup>, publicado pela primeira vez nos EUA. Este foi o primeiro trabalho a teorizar uma perspectiva dualista contra “o reducionismo econômico e o funcionalismo” produzidos pela tentativa de construção de uma teoria que tentara unir o marxismo – a análise do modo de produção capitalista – e o feminismo – a análise do patriarcado.

Para a autora, as categorias do marxismo eram indiferentes ao sexo e, apesar dos esforços das feministas-marxistas que clamavam pela unidade prática de ambas as análises, a reflexão feminista permanecia sempre subordinada à análise marxista (Hartmann, 1981 [1975]). No âmbito da *práxis*, o setor socialista do movimento feminista vinha perdendo espaço para o setor liberal diante da ambivalência da esquerda socialista em tratar a “questão da mulher” e o “conflito entre os sexos”, bem como a falha em abordar questões relacionadas à vida cotidiana das mulheres. Assim, segundo a autora, o melhor para entender a dinâmica entre essas relações seria a adoção conjunta de dois paradigmas de análise distintos e por vezes contraditórios: de um lado, o marxista para a descrição do capitalismo; de outro, o feminista para a compreensão do patriarcado enquanto estrutura social e histórica autônoma.

Poucos comentaristas à época discordaram da análise de Hartmann, e outras intelectuais feministas não só defendiam a mesma perspectiva, como buscavam ampliá-la para uma teoria dos sistemas triplos, que incluiria o racismo como

<sup>4</sup> Em uma tradução livre, “*O casamento infeliz do marxismo e do feminismo*”.

mais um sistema autônomo (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 29-32; Arruzza, 2015). Ainda que não descartassem totalmente o marxismo para a análise das relações econômicas, sua capacidade explicativa a respeito da opressão das mulheres perdeu credibilidade e a perspectiva dualista rapidamente se tornou hegemônica na teorização feminista-socialista a partir do final da década de 1970, ganhando espaço sobretudo nas teorizações do materialismo francês e do feminismo radical (Arruzza, 2019 [2010], p. 101-123). Até hoje tal perspectiva permanece hegemônica e aparece também como fundamento para o estudo do intercruzamento de múltiplas relações de opressão, como propõe a *interseccionalidade*<sup>5</sup>.

Embora representantes de uma vertente minoritária, ainda na década de 1970, houve quem permanecesse fiel à tentativa de produzir uma teorização marxista unitária da opressão das mulheres, denunciando as falhas de uma perspectiva dualista. Para estas autoras, o tipo de teorização proposto por Hartmann era incapaz, do ponto de vista lógico e histórico, de fornecer uma explicação consistente das dinâmicas existentes entre a exploração capitalista e a opressão de gênero, reproduzindo, ironicamente, a posição que tentava evitar: a ideia de que o modo de produção capitalista – a “lógica do valor” – poderia se reproduzir independentemente das relações de opressão e vice-versa. Ou seja, recorrentemente, reforçava uma concepção teórica que separava a esfera da economia das esferas cultural, política e social; o capitalismo corresponderia à primeira, enquanto o patriarcado às últimas. Sua principal consequência prática foi levar o feminismo e o marxismo a uma disputa que incluía a hierarquização entre as relações de classe e de gênero, de exploração e de opressão. Esta ideia ora se manifestava entre aquelas autoras que viam a classe acima do gênero, ora entre aquelas que viam o gênero acima da classe, ou ainda, o gênero como classe (Arruzza, 2019 [2010]). Em 1981, em resposta à publicação do artigo de Hartmann (1981 [1975]), estas perspectivas foram reunidas em uma compilação de artigos intitulada *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism* (Sargent, 1981)<sup>6</sup>.

Nesta coletânea, Iris Young (1981, p. 49) sugeriu que a teoria dualista permitia que o marxismo tradicional continuasse a tratar a questão da opressão às mulheres como um mero aditivo à primazia das relações de classe, mantendo sua teoria das relações de produção inalterada. Ao propor uma análise materia-

<sup>5</sup> Em sua própria ontologia, a teoria da interseccionalidade (Crenshaw, 1989) considera a incidência de múltiplos sistemas de opressão/dominação sobre um determinado indivíduo ou grupo social. A própria ontologia do conceito – interseccionar – não só permite a compreensão de que cada forma de opressão constitui um sistema distinto, como deixa em aberto a compreensão da existência de um sistema único. Como veremos, a visão de totalidade apresentada neste artigo, assim como a defendida por Davis (2016 [1981]), é diferente.

<sup>6</sup> Em uma tradução livre: “*Mulheres e revolução: uma discussão sobre o infeliz casamento entre marxismo e feminismo*”.

lista histórica do patriarcado enquanto sistema autônomo, Hartmann (1981 [1975]) buscava fortalecer a ideia de que não existiriam hierarquias entre os dois sistemas e isto possibilitaria uma melhor compreensão da relação entre ambos. Entretanto, tal separação evidenciava uma evasão metodológica fundamental na teorização marxista: “se a base do patriarcado é um controle sobre o trabalho das mulheres que exclui as mulheres do acesso aos recursos produtivos, então as relações patriarcais são internamente relacionadas às relações de produção como um todo” (Young, 1981, p. 49, tradução minha). Dessa forma, o feminismo deveria desafiar a adequação da teoria marxista tradicional sobre as próprias relações de produção, pois:

Se o marxismo tradicional não tem lugar teórico para a análise das relações de gênero e a opressão das mulheres, então essa teoria é uma teoria inadequada das relações de produção. Nossa pesquisa histórica, aliada às nossas intuições feministas, nos diz que o trabalho das mulheres ocupa um lugar central em qualquer sistema de produção, e que a hierarquia sexual é um elemento crucial em qualquer sistema de dominação. Para corresponder a essas intuições precisamos de uma teoria das relações de produção e das relações sociais que derivem e reforcem as análises que tomam as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos centrais. Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo em tal teoria. Devemos desenvolver uma estrutura analítica que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central (Young, 1981, p. 49-50, tradução minha).

A solução, portanto, seria desenvolver uma teoria unitária das relações sociais de produção que tivesse as relações de gênero e a situação das mulheres como ponto de partida, transcendendo tanto a indiferença do marxismo tradicional, quanto a concepção dualista sobre o patriarcado. Ainda no mesmo volume, Vogel (1981, p. 210-213) trouxe uma contribuição que se aproximava da defendida por Young, projeto que naquele momento chamou da necessidade de “situar a opressão das mulheres no interior de uma *teoria marxista da reprodução social*” (*ibidem*, p. 213). Dois anos mais tarde as perspectivas unitárias lançadas neste debate foram sistematizadas e desenvolvidas por Vogel em um trabalho de fôlego para demonstrar a viabilidade do desenvolvimento da teoria marxista para a construção de uma teoria unitária. Assim, *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*<sup>7</sup>, de Lise Vogel, publicado em 1983 nos EUA, foi

<sup>7</sup> Em uma tradução livre, “*Marxismo e a opressão das mulheres: por uma teoria unitária*”.



a primeira contribuição sistemática para a construção dessa abordagem, cujo desenvolvimento último culmina hoje na proposta da Teoria da Reprodução Social (TRS).

### **Avanços e limites da proposta unitária de Lise Vogel**

No início da década de 1980, enquanto as perspectivas dualistas hegemônicas nizam o campo feminista, o campo marxista permanecia, em sua maior parte, hostil à ideia de revisão teórica. Recorrentemente, a dinâmica da acumulação capitalista e as relações “de classe” eram compreendidas apenas em relação ao espaço exclusivo da produção, i.e., ao trabalho assalariado (e formal). Da categoria “classe” eram abstraídos os componentes de raça, gênero e sexualidade, de modo que prevalecia a indiferença de parte considerável do campo marxista quanto às diversas configurações sociais no interior da classe trabalhadora. A categoria *proletariado*, portadora da subjetividade revolucionária, era ligada, de forma idealista, ao típico trabalhador formal do Estado de bem-estar social europeu: homem, branco e provedor. Prevalecia, ainda, uma concepção funcionalista e determinista, que tendia a ver as relações sociais como uma superestrutura<sup>8</sup> determinada pela *base econômica*, em uma relação de causa e consequência na qual cada uma teria uma função específica para o funcionamento do modo de produção capitalista.

Na busca pela *base material* da condição de opressão das mulheres sob o capitalismo, Vogel (2013 [1983]) propôs o resgate das categorias centrais na arquitetura conceitual de *O capital*, desafiando a tradição marxista hegemônica ao propor um balanço da abordagem socialista clássica sobre a *Questão da mulher*. A autora estabeleceu como premissa de sua investigação a produção e reprodução diária e geracional da *força de trabalho*, categoria essencial para a teoria marxiana do valor-trabalho. Vogel (2013 [1983]) questionou como essa mercadoria especial – responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias – seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista. A resposta, inevitavelmente, levava à necessidade de uma análise mais profunda da relação estrutural existente entre produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida, realizados, em sua maioria, através de trabalho não-remunerado

<sup>8</sup> A metáfora da “base” (ou infraestrutura) e “superestrutura”, popularizada pelo *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*, aparece raras vezes na obra de Marx. Ela guarda a ideia de que a realidade social é composta por diferentes “esferas”: uma base, a economia, e uma superestrutura, que reuniria política, direito, cultura, ideologia etc. Estas duas esferas manteriam uma relação externa entre si e a esfera econômica determinaria a superestrutura. Como aponta Wood (2011 [1995], p. 51-72), nesta concepção, a esfera econômica seria praticamente sinônimo de “forças técnicas de produção”, i.e., compreenderia o processo e as relações de produção. Esta noção se tornou hegemônica durante décadas no marxismo ocidental, sobretudo através da obra de Louis Althusser. Porém, diversos autores como EP Thompson (1987) e Ellen Wood (2011 [1995]) se dedicaram a demonstrar que esta constituía uma metáfora equivocada da realidade social.



no âmbito doméstico. A esta análise caberia explicar a permanência da responsabilidade desproporcional atribuída às mulheres e do caráter desvalorizado deste trabalho, que envolvia uma miríade de atividades de manutenção e reprodução geracional da força de trabalho ativa e da superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva e aqueles inaptos para o trabalho.

Ao direcionar sua análise para o processo de produção da força de trabalho, Vogel chega à conclusão de que o trabalho reprodutivo – que engloba aquela série de tarefas socialmente naturalizadas e geralmente não-remuneradas analisadas como trabalho doméstico pelas teóricas envolvidas no Debate da década de 1970 – seria essencial para a produção e reprodução da força de trabalho e havia se constituído historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista. A autora destaca que, mesmo em uma sociedade capitalista, o trabalho reprodutivo pode se organizar de outras formas, como em creches, orfanatos, escolas, internatos e restaurantes (privados ou públicos), e, no âmbito de um Estado-nacional, sua reposição geracional pode ser feita através da escravidão ou da migração. Portanto, não seria a *necessidade* desse trabalho em si que constituiria a base material para a opressão das mulheres. Esta base, para Vogel, estaria situada na *relação* que historicamente se constituiu entre a condição biológica do corpo sexuado feminino e as relações sociais de produção dominantes<sup>9</sup>. Sua especificidade se encontra no fato de que o modo privado como se dá essa relação no capitalismo universaliza a desigualdade de gênero para mulheres de todas as classes sociais – embora este trabalho seja desproporcionalmente realizado por mulheres da classe trabalhadora na forma de trabalho doméstico remunerado e, na maioria das vezes, não-remunerado.

Em outras palavras, a conclusão de Vogel (2013 [1983], p. 177) é que as mulheres seriam oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produziria valor para o capital, porque estariam presas no interior de uma dada divisão sexual do trabalho, ou devido a algum impulso patriarcal transhistórico. As raízes sociais, ou seja, a base material da opressão das mulheres sob o capitalismo estaria na *relação estrutural entre a reprodução biológica e a reprodução do capital*, na responsabilidade primária atribuída às mulheres a partir do

<sup>9</sup> Cabe ressaltar aqui que, precisamente, “não é a biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista” (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 40). Assim, para Vogel, mesmo que homens assumam grande parte do trabalho doméstico ou que o trabalho reprodutivo não seja realizado no interior da unidade familiar, o fato de que esta seja uma tarefa predominantemente privada, e sobretudo realizada de acordo com o fato biofísico de que a procriação e a amamentação requerem corpos sexuais-femininos, explica as *pressões sociais* que fazem com que a *forma família* se mantenha e que nela haja uma conformidade com a desigualdade de gênero (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 35).

socialmente necessário componente doméstico do trabalho. É esta relação, construída historicamente, que impulsionaria o capital e o Estado a regular a capacidade biológica das mulheres, de modo que a força de trabalho esteja sempre disponível para a exploração. Haveria, portanto, nas sociedades capitalistas, uma dupla diferença em relação à posição social das mulheres: seu lugar na reprodução social enquanto trabalhadoras domésticas e assalariadas, e um componente ideológico derivado deste que lhes relegava o acesso desigual a direitos formalmente garantidos a todos (*ibidem*, p. 175-176).

Porém, tanto as conclusões quanto o método utilizado por Vogel foram alvo de críticas. Dentre elas, uma é especialmente importante para o estudo das opressões. Apesar da dimensão unitária proposta por Vogel (2013 [1983]) – e sua pretensão de ajustar o marxismo à realidade social tal como experienciada pelas mulheres –, esta reproduzia uma concepção metodológica que abstraía a categoria “mulher” de suas determinações de raça (e por vezes de classe), o que ironicamente a aproximava da concepção marxista tradicional que ela própria propunha combater. Em ambas as concepções, o processo de abstração resultava na invisibilização de aspectos determinantes da realidade representada pela categoria, desconsiderando parte significativa da totalidade social. A opção metodológica da autora, de matriz althusseriana, bem como seu silêncio quanto às demais formas de opressão, tornaram-se importantes pontos de crítica à sua obra, que neste sentido não rompia com a lacuna deixada pela maior parte da tradição feminista-marxista de sua época.

Em contraste, desde fins da década de 1960, feministas-socialistas negras nos EUA como Francis Beale (2005 [1969]), as ativistas do *Combahee River Collective* (2017 [1977]) e Angela Davis (2016 [1981]) buscavam abordar a totalidade social e suas relações particulares de classe, raça e gênero como inseparáveis. Elas retomavam uma tradição que remontava às lutas abolicionistas do século XIX e que ficou conhecida como *Feminismo negro*. Para estas autoras, se as múltiplas relações de opressão e exploração eram concretamente imbricadas, deveriam ser inseparáveis também analiticamente. Porém, esta perspectiva não encontrou espaço no interior do feminismo-marxista, que, por sua vez, permaneceu minoritário em relação ao marxismo. A construção de uma teoria unitária, assim como o Debate da década de 1970, permaneceu em aberto.

A publicação do livro de Vogel (2013 [1983]) foi seguida por anos de crise do campo marxista. Diante da ascensão e estabilização da ordem neoliberal, o quadro hegemônico de intervenção teórica passou a ser ocupado pelas teorias pós-modernas, impulsionadas pela virada linguística. Estas teorias repudiavam as chamadas “grandes narrativas” e dispensavam a crítica à economia política como modelo explicativo válido para compreender suficientemente as relações sociais de exploração, dominação e poder em sua complexidade (Ferguson e McNally, 2017 [2013], p. 25). Recorrentemente, neste período, a filosofia marxiana – e a

noção de totalidade – foi questionada enquanto teoria da sociedade, reforçando um movimento de desqualificação já deflagrado desde a crise do socialismo soviético. Mesmo as análises que buscavam articular gênero, raça e/ou pós-colonialidade com a noção de classe, totalidade ou estrutura social, passaram a configurar campos de investigação minoritários diante do giro antiprodutivista que atingiu a teoria social crítica (Gonçalves, 2014).

Durante a década de 1990, a adoção parcial e fragmentada da teoria de Marx – ora pelas organizações socialistas que permaneciam na defesa de uma noção limitada de classe, ora pelas organizações feministas ou antirracistas que buscavam construir teorias próprias para explicar as relações de opressão – estabeleceu uma maior confusão quanto à compreensão dialética da totalidade. Relações entre essência-aparência, teoria-prática e natureza-cultura embaralhavam-se, e refletiam aquilo que Vogel caracterizou como indistinção entre nível de abstração teórico e empírico (Vogel, 2013 [1983], p. 184-195). Políticas identitárias (*identity politics*)<sup>10</sup>, emergidas da luta radical no interior de movimentos de emancipação em oposição a uma noção restrita do proletariado e ao dogmatismo de alguns setores da teoria marxista, foram progressivamente cooptadas pela ideologia neoliberal e institucionalizadas. Elas passaram a constituir, com frequência, um campo teórico-prático individualista (Heider, 2018, p. 23). Se, por um lado, estas políticas foram responsáveis por um período de plena expansão do que se convencionou chamar “direitos das minorias” e das lutas por reconhecimento em todo o mundo, por outro, foram incapazes de reduzir os níveis de desigualdade social e reprodução das hierarquias sociais existentes.

Percebemos o legado deste processo através da conjuntura na qual vivemos hoje, na segunda década do século XXI: intensificação das desigualdades sociais, extrema fragmentação político-teórica da classe trabalhadora e ascensão de um ciclo conservador e autoritário em todo o mundo. É neste cenário que, na última década, a perspectiva feminista-marxista da reprodução social ressurgiu. Após um longo período de ostracismo, a proposta de criação de uma teoria unitária iniciada na década de 1970, toma forma enquanto campo teórico-prático, sob o nome de Teoria da Reprodução Social (*Social Reproduction Theory*, a partir daqui TRS), e se insere em um contexto de ebulição de novas experiências de luta

<sup>10</sup> Adoto aqui o conceito de política identitária desenvolvido por Heider (2018, p. 23): “Em sua forma ideológica contemporânea, mais do que sua forma inicial como teorização de uma prática política revolucionária, as políticas de identidade (*identity politics*) constituem um método individualista. É baseado na demanda do indivíduo por reconhecimento e leva a identidade desse indivíduo como ponto de partida. Assume essa identidade como certa e suprime o fato de que todas as identidades são socialmente construídas. E porque todos nós necessariamente temos uma identidade que é diferente da de todos os outros, isso prejudica a possibilidade de auto-organização coletiva. O quadro de identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a obter reconhecimento como indivíduo, em vez de ser membro de uma luta coletiva, e coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política de identidade acaba paradoxalmente reforçando as próprias normas que se propõe a criticar”.

e mobilizações espontâneas de massas que traduzem as contradições do período em que vivemos. Recorrentemente, o conflito social tem sido traduzido por pautas que relacionam produção e reprodução social, exploração e opressão. Saúde, moradia, terra, água e alimentação, mudanças climáticas, a defesa do direito à vida e ao bem-viver, lutas por direitos sexuais e reprodutivos, reações a leis discriminatórias, ao racismo e à violência policial, salários e condições de trabalho são alguns exemplos de reivindicações que dominaram a indignação e os protestos neste período<sup>11</sup>.

Ao mesmo tempo que tais movimentos têm sido alvo de intensa repressão por parte do Estado, ainda é recorrente que sejam caracterizados por intelectuais marxistas indiferentes às relações de raça e gênero e o papel da dimensão da reprodução social, como ações que não ameaçam a dinâmica do sistema capitalista em razão de seu alegado caráter “econômico-utilitário” e “reformista”, avesso ao projeto revolucionário/anticapitalista (Harvey, 2015). Opondo-se a esta perspectiva, feministas-socialistas e autores marxistas engajados na tentativa de desenvolver uma teoria unitária têm debatido o potencial revolucionário e o caráter classista destas mobilizações (Bhattacharya, 2017a; Roediger, 2017). As autoras da TRS estão inseridas neste projeto e na liderança de um apelo para a reorganização do movimento feminista-marxista a nível global, a construção de um *feminismo para os 99%* (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019). Assim, o ressurgimento do interesse na obra de Vogel (2013 [1983]) – reeditada em 2013 – reflete essa nova onda de ebulição política. O primeiro passo para a compreensão desta teoria, que abre as condições de possibilidade para a renovação do pensamento marxista no século XXI e para a reconstrução de pontes de solidariedade entre as frações da classe trabalhadora, é o reestabelecimento do pensamento de Marx enquanto uma teoria da totalidade social.

<sup>11</sup> Como exemplo de algumas dessas manifestações, podemos citar o movimento *Black lives matter* e destacar as recentes mobilizações feministas como a grande Marcha das mulheres em 21 de janeiro de 2017 nos EUA, cuja pauta se estendeu também contra o controle de direitos sexuais e reprodutivos e as leis anti-imigração de Donald Trump. Estas prepararam o terreno para a *Greve internacional de mulheres* em 8 de março de 2017, mobilização massiva de mulheres em mais de 50 países, seguida da publicação do manifesto que ficou conhecido como *Manifesto por um feminismo para os 99%*, liderado por feministas-marxistas da reprodução social. Em 2018, na Argentina, o movimento “Ni una a menos” levou milhões de pessoas às ruas na luta pela legalização do aborto, em pautas que problematizavam a desigualdade do acesso ao procedimento – bem como à educação e à saúde de qualidade – entre as diferentes classes sociais. No Brasil, é possível perceber um movimento similar. O ressurgimento do movimento de mulheres no contexto de resistência ao neoliberalismo têm tido forte protagonismo de mulheres negras que, com intensa produção teórica feminista negra e anticolonial, e mantendo diálogo direto com ativistas de diversos países da diáspora africana, em 2015 marcharam por todo o país ocupando a capital, Brasília, em um movimento que reuniu mais de 50 mil mulheres pelo fim do genocídio da população negra e por melhores condições de vida, na *Primeira marcha nacional de mulheres negras*: contra o racismo, a violência e o bem-viver. Grande parte das mulheres que marcharam em 2015 se somaram também nas mobilizações da *Greve internacional de mulheres* de 2017.

### **Teoria da Reprodução Social: renovação do marxismo a partir do resgate da noção de totalidade social**

A Teoria da Reprodução Social (TRS) nasce como uma tentativa de superação das representações reducionistas ou deterministas do marxismo tradicional e de desenvolvimento de uma teoria unitária que possibilite uma maior aproximação da realidade social. Esse foi um movimento de convergência<sup>12</sup> entre diversas intelectuais feministas-marxistas que desde o final do século XX vinham trabalhando nesta direção, e que incorporaram em sua teorização muitos dos questionamentos e horizontes dos movimentos feministas, antirracistas, pós-coloniais e *Queer*. Este diálogo possibilitou que estas intelectuais suprissem, progressivamente, as lacunas da obra de Vogel, propondo um reposicionamento do campo marxista em relação aos debates sobre classe, opressão, identidades e a questão ambiental. Este movimento traduz um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais econômicas e extraeconômicas. Neste artigo, por limitações de espaço, não será possível resgatar em detalhes todas as contribuições que a TRS tem produzido. Escolhi, portanto, levantar o que considero os aspectos centrais e mais gerais desta teoria.

Em primeiro lugar, cabe afirmar que, como marco distintivo entre a TRS e as formulações feministas-marxistas anteriores, podemos apontar a centralidade do resgate da noção marxiana de totalidade social. É nos *Grundrisse* que Marx (2011 [1857-1858]) define de forma explícita a categoria de totalidade social e articula as noções de *aparência* (identidade) e *essência* (diferença)<sup>13</sup>. A categoria de totalidade social aponta a complexidade da realidade material e dos processos de apreensão desta realidade através do conhecimento científico, estabelecendo os pressupostos do método materialista histórico dialético.

Ao analisar a relação geral existente entre produção, distribuição, troca e consumo, Marx avança ao ressaltar que uma compreensão segundo a qual a produção é a universalidade, a distribuição e a troca são a particularidade, e o consumo a singularidade na qual o todo se unifica, é apenas uma *compreensão superficial* desta relação (*ibidem*, p. 44). Na realidade, considerando seu desenvolvimento no interior do processo histórico, cada uma destas particularidades (ou diferenças) é imediatamente a outra: a produção, por exemplo, é imediata-

<sup>12</sup> Esse movimento de convergência pode ser percebido no volume editado por Bhattacharya (2017a) e que marca o estabelecimento desta teoria no século XXI. O volume recebe a contribuição de dez autores com trajetórias intelectuais distintas, que desenvolvem diversos temas à luz dessa possibilidade teórica.

<sup>13</sup> Aqui, enquanto o termo “identidade” refere-se à equivalência formal entre trabalhadores e capitalistas no momento da troca de mercadorias, o termo “diferença” refere-se estritamente à desigualdade material resultante do processo contínuo de separação dos produtores dos meios de produção e subsistência.

mente, em todos os seus momentos, um ato de consumo, uma vez que o indivíduo que desenvolve suas capacidades de produzir, ao fazê-lo, se desgasta, consome sua própria energia, meios de produção, matérias-primas etc. Cada momento, cada particularidade, possui em sua forma imediata o seu contrário. A produção, portanto, é sempre um ramo particular da produção, isto é, um *momento da totalidade*. Enquanto *momento*, ela é em si também uma totalidade na medida em que ela não é somente uma produção particular, ela “é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 41). Assim, toda a produção é a apropriação da natureza pelos indivíduos *no interior de e mediada por* uma *determinada forma* de sociedade (*ibidem*, p. 43).

Marx chama atenção para esta identidade entre produção e consumo: ela é também *aparente* – uma é imediatamente a outra somente na mesma medida em que uma é imediatamente o oposto da outra. O autor demonstra que assim como estes dois momentos (produção e consumo) produzem-se mutuamente, tal produção é também *mediada* por ambos, e neste movimento um produz a finalidade do outro<sup>14</sup> (*ibidem*, p. 46-47). Entretanto, nem por isso esses momentos tornam-se a mesma coisa. Pelo contrário, eles conservam suas particularidades. São, neste movimento, – ainda enquanto unidade – opostos. Há uma não-identidade entre eles que se conserva, mesmo que ambos se constituam mutuamente (Fausto, 1987, p. 293).

Isso significa que o entendimento do sentido da totalidade social depende não só da articulação entre diferenças que compõem uma unidade complexa e dinâmica. Em Marx essa totalidade é acima de tudo *contraditória*: o capitalismo tem a especial particularidade de compor um tecido social que *é e não é ao mesmo tempo* (Fausto, 1987, p. 86-87; 128; 298). Na tentativa de uma maior apreensão da complexa e contraditória totalidade social, a abordagem teórica marxiana é um movimento que parte das determinações mais simples, gerais, abstratas para recompor, no pensamento, o real como materialidade complexa, “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (...) síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 54). É neste complexo

<sup>14</sup> Marx exemplifica essa questão de forma bastante didática: “A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas potencialmente, não efetivamente. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. (...) O consumo cria o estímulo da produção; cria também o objeto que funciona na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade” (Marx, 2011 [1857-1858], p. 46-47).



de relações sociais concretas que cada categoria ganha sentido sistemático apenas por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo. Assim, a noção marxiana de totalidade social nos permite *afirmar a distinção de cada relação social específica que constitui o capitalismo* – como a produção e o consumo, o racismo e o sexismo – *sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem as homogeneizar*.

Assim sendo, para Marx, a totalidade não é o real-imediato, mas a sua unidade como concreto concebido pelo pensamento e, por isso, vivo e determinado. Ela necessariamente é um processo de apreensão dialética da realidade aparente sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que *aparece* para nós; não é apenas o que está exposto, mas também o que está pressuposto nas relações sociais (Fausto, 1987). Dessa forma, Marx demonstra que agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico ou factual da realidade, ou seja, apenas com base em sua percepção imediata, envolve necessariamente um erro<sup>15</sup>.

Resgatando essa perspectiva, a Teoria da Reprodução Social traz, através de Tithi Bhattacharya (2017a), um exemplo familiar aos atuais debates acerca das opressões, que propõe uma reflexão sobre as consequências práticas de estarmos atentos à complexa relação entre *essência e aparência*. Segundo a autora, a realidade tal qual podemos ver nos diz que, como trabalhadores brancos normalmente ganham salários maiores do que os trabalhadores negros, nunca poderia haver pautas comuns de luta unindo-os, uma vez que a diferença material entre eles sempre iria alimentar o racismo e os privilégios da branquitude. Portanto, tentar desafiar esta questão dentro do contexto estabelecido pelo capitalismo resultaria ou no fracasso (que nos remete às numerosas experiências históricas em que o sexismo e/ou racismo sufocaram o movimento dos trabalhadores) ou em uma estratégia política fraca, que procuraria superar tais diferenças materiais entre trabalhadores por meio de apelos morais, pedindo aos trabalhadores brancos para que eles “fizessem a coisa certa” e se unissem à luta dos trabalhadores

<sup>15</sup> É neste sentido que Marx (2011 [1857-1858], p. 39-40) evidencia que a concepção dos economistas e liberais clássicos acerca da produção econômica capitalista – aquela de que haveria um impulso natural que condicionasse o comportamento dos indivíduos isolados em uma espécie de “contrato social” – é apenas uma visão parcial e idealizada da realidade, uma aparência da sociedade burguesa. Segundo Marx, tal relação social aparece, para estes autores, como ponto de partida natural da história, não como o resultado de um processo histórico. Uma investigação histórico-dialética é capaz de demonstrar como o indivíduo produtor – na visão dos liberais, isolado em um passado idílico, em verdade, é membro de um todo social maior, que o coloca em uma relação desigual com aquele que compra sua força de trabalho. A partir do ponto de vista daqueles que são constantemente expropriados e explorados pelo capital, Marx se contrapõe à perspectiva sustentada pelos liberais, e afirma que por trás dessa igualdade aparente há também desigualdade, diferença, não-identidade. Do ponto de vista dos expropriados, essa sociedade de igualdade e liberdade é, na verdade, extremamente desigual e violenta: a troca de equivalentes não é troca, é uma relação de exploração; a chamada “acumulação primitiva de capital” é um processo histórico de pilhagem, de roubo, de colonialismo, de expropriação.



negros, sem que eles enxergassem um motivo concreto para fazê-lo (Bhattacharya, 2017a, p. 14-15).

Assim, Bhattacharya posiciona no centro da TRS a ideia marxiana de que agir sobre o nosso mundo com base em um conhecimento empírico imediato ou factual da realidade, ignorando as mediações que estão pressupostas nesta percepção, envolve necessariamente um erro com consequências práticas. No caso apresentado pela autora, quando temos a noção de que a desvinculação entre a posição social do branco em relação ao negro é na verdade apenas uma visão parcial da realidade, e olhamos sob o prisma da totalidade, podemos ver que há um interesse material para que trabalhadores brancos se unam aos negros na luta antirracista. No capitalismo, apesar das vantagens sociais que tais relações conferem aos trabalhadores brancos, sua própria condição social de exploração está diretamente ligada à condição social de subordinação e desumanização dos trabalhadores negros. Simplesmente enxergar o problema desta forma já nos abre outras possibilidades de análise teórica e de traçar estratégias de luta política. A mesma lógica poderia ser aplicada no que tange às diferenças entre homens e mulheres.

Outra consequência de se recuperar a noção marxiana de totalidade social é resgatar a compreensão de que a multidimensionalidade da vida social não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes – as relações de classe, raça, gênero, sexualidade – sejam “ontologicamente autônomas”. Neste sentido, David McNally, um dos autores da TRS, localiza as relações de raça e gênero no interior da totalidade social capitalista:

(...) existem propriedades específicas para as diferentes partes de um todo. O olho tem propriedades funcionais particulares bastante diferentes das da mão. O racismo tem características específicas que nos permitem distinguir, em primeira instância, do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Eles fornecem um ponto de partida a partir do qual o pensamento desdobra as relações internas de partes com outras partes e com o sistema orgânico como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que devem, em última análise, ser apreendidas em relação às outras totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de transformação. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, possui características únicas (e uma certa “autonomia relativa” ou, melhor dizendo, autonomia relacional). O “sistema coração-pulmão”, por exemplo, constitui uma totalidade parcial dentro do organismo humano como um todo. Mas nenhuma parte (ou totalidade parcial) é ontologicamente autônoma em si. Cada parte é (parcialmente) autônoma e dependente,

(parcialmente) separada e ontologicamente interconectada. Consequentemente, ninguém pode ser adequadamente compreendido como uma unidade autossuficiente fora de sua condição de membro de um todo vivo. Naturalmente, o todo orgânico é constituído em e através de suas partes - são essas que lhe dão determinação e concreitude – mas não é redutível a suas partes. É algo maior e mais sistemático que uma mera soma aditiva (McNally, 2017, p. 105-106, tradução minha).

Ao conceituar relações como o racismo (ou o sexismo) como uma totalidade parcial com características únicas, pertencente a um todo social orgânico, McNally (2017) eleva a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista a uma concepção muito mais próxima da complexa realidade social. Assim, no lugar de cruzamentos, ou combinações dualistas entre sistemas/relações de opressão ou de dominação externas umas às outras, há um processo interrelacional no qual as partes contêm o todo e o todo contém as partes. Ao mesmo tempo em que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital – as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas, na qual as partes e todo estão unidos em um único processo:

(...) “cada um dos momentos individuais é essencialmente a totalidade de todos; sua diferença constitui a determinação da forma ideal, que é colocada na reprodução como a totalidade concreta do todo”. Uma totalidade concreta alcança a concreitude (“determinação”) através das diferenças que a compõem. Ao mesmo tempo, cada uma dessas diferentes partes carrega o todo dentro dela; como elementos da vida, sua reprodução é impossível fora do todo vivo (McNally, 2017, p. 106, tradução minha).

McNally (2017, p. 106) destaca ainda que as totalidades ou *universais* não são abstrações da diversidade concreta e da multiplicidade de coisas. Pelo contrário, as totalidades são constituídas na e pela diversidade e dinamismo dos processos da vida real<sup>16</sup>. Uma relação social só pode ser apreendida em relação às outras relações sociais que compõem o todo social em seu processo contínuo de

<sup>16</sup> Neste sentido, o conceito dialético de totalidade envolve compreender um processo contínuo de totalização do capital no qual esta relação social pautada pela produção de valor – que subordina a condição humana ao lucro privado de uma minoria – tenta se impor enquanto totalidade. Porém, essa tentativa de se pôr do capital está em conflito com outras totalidades, outras relações sociais que lhes são contrárias ao mesmo tempo em que constitutivas dele mesmo. Daí o entendimento de que o capital, no seu processo de totalização, unifica as relações sociais sem suprimir as totalidades parciais constitutivas dele.

transformação. Assim, para a TRS, ainda que se considere que as origens do patriarcado e da supremacia branca possam remontar a períodos históricos nos quais o capitalismo não estivesse ainda consolidado, fato é que esse sistema, em sua gênese e universalização, reestrutura hierarquias sociais anteriores e se beneficia delas na mesma medida em que elas o constituem enquanto sistema, e, nesse movimento, adquirem novo significado. Isto é, *através de processos históricos complexos e às vezes contraditórios, formas sociais compatíveis com a reprodução privada da força de trabalho foram tanto preservadas quanto adaptadas*, formando a ordem burguesa branca e heterocispatriarcal moderna. Esta ressalva, que considera, inclusive, o papel fundamental da própria classe trabalhadora na manutenção dessas formas, explica ao mesmo tempo a permanência e reestruturação de hierarquias sociais, e sobretudo o caráter específico dessas relações no capitalismo.

### **Considerações finais: contribuições centrais da TRS para o debate das opressões**

Como vimos, o ressurgimento de uma tentativa de elaboração unitária das opressões no século XXI pode ser visto como uma reação prático-teórica de intelectuais marxistas às três décadas de reestruturação neoliberal, que, com o aprofundamento de sua crise estrutural desencadeada a partir de 2007-2008, avança através da intensificação das formas de expropriação e exploração, e do despertar do autoritarismo em escala global (Gonçalves e Machado, 2018). A precarização das relações de trabalho e o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores marcam a presente conjuntura, que, por sua vez, exige a reconstrução de análises que possibilitem à classe trabalhadora uma compreensão universal da condição humana e contribuam para a construção de alternativas concretas de emancipação. Tal reconstrução depende diretamente da consideração das múltiplas relações de opressão que constituem o capitalismo e de uma nova conceitualização sobre *quem é a classe trabalhadora*. Esta conceitualização passa por uma reflexão sobre sob quais mediações sociais as frações desta classe estão enredadas e quais seriam os mecanismos materiais que possibilitariam a sua união.

É a este desafio que a TRS tenta responder. Em um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais de opressão, alienação, dominação e exploração no capitalismo, a *Teoria da Reprodução Social* reúne hoje um conjunto de contribuições que têm desenvolvido e avançado a proposta unitária sistematizada pela primeira vez por Vogel (2013 [1983]). À guisa de conclusão, destaco algumas das contribuições desta proposta, que considero fundamentais para iluminar os debates atuais e os trabalhos futuros.

Uma primeira contribuição a ser destacada é o resgate da noção de que a

categoria essencial do capitalismo, sua força motora, é o trabalho humano. Ao fazer isso, ela expõe a superficialidade do que nós comumente entendemos como a esfera “econômica”, desmistifica as dicotomias e restaura ao processo econômico o seu componente fundamental: os seres humanos generificados e racializados, as relações às quais estão imbricados e a centralidade de sua agência coletiva (Bhattacharya, 2017a, p. 19). Ao fazer isso, a TRS nos oferece também uma visão expandida da produção capitalista, e revela um pressuposto universal humano: as pessoas precisam ser produzidas (ou produzir-se), e tarefas como dar à luz, cuidar e manter seres humanos demanda grandes quantidades de tempo, recursos e trabalho. Trabalho que historicamente tem sido feito pelas mulheres, invisibilizado e socialmente lido como “ato natural de amor” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 105-106). De um modo geral, esta dimensão foi ignorada pela tradição marxista e negligenciada na teorização de Marx. A TRS então atualiza a proposta lançada pelo Debate da década de 1970 e sistematizada por Vogel (2013 [1083]) e, assim, novamente politiza o domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida que abrange a reprodução cotidiana de trabalhadores e daqueles inaptos para o trabalho, e a reposição geracional da força de trabalho, pressupostos para que a produção capitalista ocorra. Neste sentido, destaca que o trabalho assalariado para a produção de lucro não poderia existir sem o trabalho não-remunerado da produção de pessoas: a reprodução social, o trabalho reprodutivo não-remunerado realizado pelas mulheres, é a condição de todo e qualquer trabalho assalariado ao mesmo tempo em que é determinado pela própria produção capitalista, o que nos ajuda a considerar as direções estratégicas para a luta de classes.

Esta perspectiva, central à TRS, nos leva à segunda contribuição importante: revela que a dicotomia entre produção e reprodução social, sendo a primeira ligada à esfera pública/econômica e a segunda ligada à esfera privada/social/cultural, é uma dicotomia superficial. Essa é mais uma *forma histórica de aparência* específica do capitalismo, na qual o capital tenta se pôr enquanto processo. Para a TRS, o trabalho realizado nas duas esferas – econômica (geralmente ligada ao local de trabalho) e social (identificada como o lar) – deve ser teorizado de maneira integrada. Entender a relação inseparável entre essas esferas revela uma terceira contribuição: a noção de que embora as atividades de reprodução ocorram de uma forma ou de outra em todas as sociedades, nas sociedades capitalistas elas estão, especificamente, subordinadas ao capital, ou seja, ao impulso que subordina a vida à produção do lucro.

Assim, a TRS revela uma contradição fundamental: que a sociedade capitalista é composta de dois imperativos necessariamente entrelaçados, mas mutuamente opostos, contraditórios – por um lado, a necessidade de o sistema se sustentar por meio de seu processo característico de obtenção de lucro contra, por outro lado, a necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de

processos de produção de pessoas. O capitalismo gera um cenário no qual duas relações distintas – as relações particulares que aderem à produção, de um lado, e à reprodução, de outro, são, no entanto, contraditoriamente unificadas (Bhattacharya, 2017a, p.11). Essa contradição se desdobra no fato de que, para produzir cada vez mais valor, o capital tende a precarizar cada vez mais as condições de reprodução da força de trabalho<sup>17</sup>. O ponto da reprodução social é, portanto, local privilegiado do conflito de classe<sup>18</sup>.

Neste sentido, um grande desafio à organização da classe trabalhadora é o fato de que uma luta que aborde o problema em sua totalidade não possui marcos bem delineados de confronto. Diferentemente da luta contra o capital individual no local da produção, onde os atores estão bem definidos (de um lado o chefe ou dono da empresa, e do outro os seus empregados e sindicatos), o poder do capital fora do local de trabalho é qualitativamente diferente (Bhattacharya, 2017b, p. 84). Ainda assim, para a Teoria da Reprodução Social lutas mais amplas, inclusive aquelas que emergem fora da esfera produtiva, i.e., fora do local e das relações de trabalho, devem ser consideradas como aspectos da luta de classes. Bhattacharya afirma que “todo movimento social e político ‘tendendo’ na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou de desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes”

<sup>17</sup> Ao abordar esta contradição, Bhattacharya (2017b, p.73, et seq.) destaca que o padrão das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, isto é, a sua “cesta básica”, é determinada, contingencialmente, pela luta de classes e, portanto, pelo desenvolvimento histórico de cada sociedade. Esta cesta básica determina o valor da força de trabalho, esta última, elemento central das relações de produção capitalistas. Aqui, há dois “momentos da produção” diferentes, que envolvem o valor da força de trabalho: do ponto de vista do capital, esta é um meio de aumentar a mais-valia extraída, e, do ponto de vista dos trabalhadores, é um meio de garantir o seu desenvolvimento.

<sup>18</sup> Este conflito é eivado de tendências contraditórias: ao comandar o processo de produção, a classe capitalista tende a limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para assegurar a constante realização da mais-valia, o capital também precisa criar novas necessidades de consumo na classe trabalhadora e, então, “satisfazer” essas novas necessidades com novas mercadorias. A expansão das necessidades de consumo dos trabalhadores é, portanto, uma condição inerente à produção e expansão capitalista. Ainda, o crescimento das necessidades dos trabalhadores não é um dado absoluto; a posição da classe trabalhadora sob o capitalismo é relativa, i.e., existe somente em relação com a classe capitalista. Portanto, quaisquer mudanças nas necessidades e no nível de satisfação dos trabalhadores também implicam mudanças de mesmo grau para os capitalistas. Se o padrão de consumo das classes dominantes aumenta, aumenta também a necessidade da classe trabalhadora, que aspirará atingir o mesmo padrão (Bhattacharya, 2017b, p.79). Esta necessidade faz com que a elevação no padrão das condições de reprodução da força de trabalho também se torne uma aspiração da classe trabalhadora, o que Bhattacharya chama de “objetivo ideal” dos trabalhadores. Entretanto, tal objetivo – que implica, em resumo, atingir um padrão de vida similar ao da classe capitalista – jamais consegue se realizar no interior deste processo de produção (que, como vimos, é voltado para a valorização do valor e não para o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores). Assim, “os trabalhadores, devido à própria natureza do processo, são sempre reproduzidos como carentes do que necessitam” (Bhattacharya, 2017b, p. 82). Aqui, o argumento de Bhattacharya (2017a) se aproxima da realidade denunciada pelas feministas negras estadunidenses na década de 1960, como a alegação de Francis Beale (2005 [1969]) de que a maioria dos trabalhadores negros nos EUA permaneciam em condições sub-humanas de trabalho, sem se revoltar, com a perspectiva de atingir um padrão de vida (e portanto, também de consumo) da classe média branca, inalcançável às comunidades negras.

(Bhattacharya, 2017b, p. 85-86). A autora ressalta que, significativamente, uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e a dissolução das comunidades vivas do proletariado tem sido a perda na prática desse *insight* sobre a totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho. Dessa forma, lutas por melhores condições de vida (pela vida e o bem-viver), por recursos naturais, por direitos humanos, por moradia, pelo meio-ambiente, contra as medidas de austeridade, e contra a violência policial, por exemplo, devem ser consideradas aspectos da luta de classes (Bhattacharya, 2017b, p. 86-88).

Esta compreensão nos leva a uma necessária reconstrução do significado da categoria “classe trabalhadora” ou “proletariado”, e essa é mais uma contribuição importante dessa teoria que destaco neste trabalho. Para a TRS contemporânea, ao teorizar sobre a classe trabalhadora, “é essencial reconhecer que os trabalhadores têm uma existência para além do local de trabalho. O desafio teórico reside, portanto, na compreensão da relação entre essa existência e a de suas vidas sob o domínio direto do capitalista”, o que necessita de uma investigação que leve em consideração as especificidades da concretude de cada realidade a ser analisada (Bhattacharya, 2017b, p. 69). Dessa forma, compreender a complexidade e diversidade da vida sob o capitalismo depende não só da percepção dos processos que servem à reprodução das condições de vida das pessoas, mas também da consciência de que a classe trabalhadora é produzida através de processos *diferenciados*. Isto é, analisar a relação existente entre relações de produção e relações de reprodução social implica considerar que, concretamente, diferentes frações da classe trabalhadora possuem diferentes níveis de acesso a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho, e que, portanto, desenvolvem historicamente diferentes estratégias de luta e de resistência. O acesso à alimentação, moradia, saúde, educação, lazer e transporte, bem como ao trabalho, está diretamente ligado às relações de raça, gênero, sexualidade etc.

Segundo Bhattacharya (2017b, p. 89), devemos, portanto, adotar uma concepção ampliada de classe trabalhadora, para considerar como proletariado “todos os membros da classe produtora que tenham participado, durante algum momento de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade – independentemente de o trabalho ter sido pago ou não pelo capital”. Isso deve incluir todos aqueles despossuídos dos seus meios de produção e subsistência, que compõem a força de trabalho ativa (formal e informal, na cidade e no campo, remunerada ou não), e a superpopulação relativa, incluindo o exército industrial de reserva. O objetivo desta reconsideração é restaurar um sentido de totalidade social à noção de classe, e partir daí reformular a percepção geral da classe trabalhadora sobre a arena da luta de classes – o que inclui seus laços de solidariedade. A luta de classes não deve ser confundida ou restrita a lutas no local de trabalho; ao contrário, a luta de classes pode assumir diversas formas.



Considerando os apontamentos feitos por McNally (2017), podemos perceber na obra de Davis (2016 [1981]) um exemplo da aplicação da noção marxiana de totalidade social que inspira a proposta da TRS. Em *Mulheres, raça e classe*, a opressão de gênero e as condições de sua superação estão intrinsecamente entrelaçadas à estrutura capitalista da economia e às relações racistas, ou seja, por mais que sejam relações diferenciadas, específicas, elas constituem um sistema integral (Davis, 2016 [1981], p. 75). A autora teoriza sobre um modo capitalista de produção que implica interrelações historicamente específicas de gênero e opressão racial, revelando as formas sistemáticas através das quais a dominação racial e de gênero estão totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista – tanto que elas não podem ser legitimamente consideradas separáveis, “mesmo que elas permaneçam analiticamente distintas em um certo nível de abstração” (McNally, 2017, p. 111). Dessa forma, a obra de Davis confirma que o efeito do processo histórico (racismo) se tornou, assim, uma causa (capitalismo racializado), e é sistematicamente reproduzido na e pela reprodução do modo de produção capitalista (McNally, 2017, p. 107). O mesmo pode ser dito de todas as múltiplas relações de poder social, seja das relações de gênero, dominação racial e sexual à exploração capitalista. Elas formam um todo social complexo, no qual “cada um dos momentos individuais são essencialmente a totalidade do todo” (*ibidem*, p.107). A raça não pode ser desarticulada da classe ou do gênero, porque constituem, essencialmente, o mesmo fenômeno.

Assim, chegamos à conclusão de que a TRS pode oferecer uma chave essencial para analisarmos a unidade entre as relações de gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que consideramos as suas especificidades. Ainda que em sua formulação inicial o feminismo-marxista tenha teorizado apenas a opressão de gênero, universalizando a categoria mulher ao referencial de neutralidade da branquitude, a TRS surge, no século XXI, informada pelos feminismos negros e pós-coloniais e reabre condições de possibilidade para a reconstrução de alternativas concretas de emancipação. Ao se debruçar sobre o trabalho de produção de seres humanos, a TRS revela que o processo histórico real pelo qual o capitalismo emergiu em nosso mundo envolveu integralmente relações sociais de raça e dominação racial, de gênero e dominação heterocispatriarcal. Estas são características essenciais do momento histórico em que vivemos. A compreensão disto inclui uma proposta de reformulação da noção de classe trabalhadora e da própria luta de classes, implicando a reformulação das estratégias de luta e dos mecanismos materiais que possibilitam sua união em uma dimensão transnacional – sem que suas especificidades de raça, gênero e sexualidade sejam subsumidas ou hierarquizadas, tanto na teoria quanto na prática.



## Referências

- ARRUZZA, Cinzia. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo”, *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015, pp. 33-58.
- \_\_\_\_\_. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019 [2010].
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEALE, Francis. “Double jeopardy: to be black and female” [1969]. In: BAMBARA, Toni; TRAYLOR, Eleanor. *The black woman: an anthology*. New York: Washington Square Press, 2005.
- BENSTON, Margaret. *The political economy of women's liberation*. Toronto: New Hogtown Press, 1973 [1969].
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017a.
- \_\_\_\_\_. “How not to skip class: social reproduction of labor and the global working class”. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017b, pp. 68-93.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. “The Combahee River Collective Statement” [1977]. In: MORRIS, Catherine; HOCKLEY, Rujeko. *We wanted a revolution: black radical women, 1965-1985. A sourcebook*. New York: Brooklyn Museum, 2017, pp. 176-183.
- CRENSHAW, Kimberle. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, 1989, pp. 139-167.
- DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press and a group of individuals from the Women's Movement in England and Italy, 1975 [1971].
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].
- FAUSTO, Ruy. *Marx – Lógica e Política*. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”, *Revista Outubro*, n. 29, 2º semestre de 2017 [2013], pp. 23-59.
- GONÇALVES, Guilherme. “Marx está de volta! Um chamado pela virada materialista no campo do direito”, *Revista Direito e Práxis*, v. 5, n. 9, 2014, pp. 301-341.
- GONÇALVES, Guilherme Leite; MACHADO, Marta R. de Assis. “Neoliberalismo autoritário em cinco atos” In *Le Monde Diplomatique*, ed. 129, 2/04/2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/neoliberalismo-autoritario-em-cinco-atos/>>. Acesso em 20/12/2019
- HARVEY, David. *Symposium on “Seventeen Contradictions and the End of Capitalism”*, 2015. Disponível em: <<https://syndicate.network/symposia/theology/seventeen-contradictions-and-the-end-of-capitalism/>>. Acesso em: 20/11/2018

- HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union" [1975]. In: SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981, pp. 1-42.
- HEIDER, Asad. *Race and class in the age of Trump*. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018.
- MCNALLY, David. "Intersections and dialectics: critical reconstructions in Social Reproduction Theory". In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1857-1858].
- MORTON, Peggy. "Women's work is never done". In: *Women unite! An Anthology of the canadian women's movement*. Toronto: Canadian Women's Educational Press, 1972 [1970].
- O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the state*. New York: St. Martin's Press, 1973.
- ROEDIGER, David. *Class, race and marxism*. New York: Verso, 2017.
- SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.
- SECCOMBE, Waly. "The housewife and her labour under capitalism", *New Left Review*, issue 83, jan-feb, 1974.
- VOGEL, Lise. "Marxism and feminism: unhappy marriage, trial separation or something else?" In: SARGENT, Lygia (org). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].
- THOMPSON, Edward. *Formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.
- YOUNG, Iris. "Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory". In: SARGENT, Lygia (org). *Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Montreal: Black Rose Books, 1981, pp. 43-70.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995].

Recebido em 31 de março de 2019  
Aprovado em 01 de dezembro de 2019